
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: FERRAMENTAS DE PODER NO ASSEGUAMENTO DO ESTADO MODERNO

Maria Ivete Basniak, Sani de C. Rutz da Silva e Antonio Charles Santiago Almeida

RESUMO

Apresentamos uma discussão sobre poder, como forma de dominação e como elemento primordial e essencial da constituição do Estado. Buscamos estabelecer um diálogo entre autores clássicos que discutem o Estado e suas relações de dominação, inserindo nessa discussão as tecnologias como instrumento de poder, associadas principalmente às mídias enquanto formadoras de opinião da sociedade de massa.

Aventamos sobre o poder político e constituição do Estado moderno e ao final, discutimos a importância de 'conduzir a sociedade à emancipação', de uma educação que possibilite humanos pensantes e críticos, e não apenas simples executores de tarefas ou operadores dessas tecnologias, submetidos ao extremo poder daqueles que o detém frente à alienação que as mídias podem acender.

Introduzindo o Assunto

Desde a pré-história encontramos indícios de disputa entre os homens pela dominação de territórios, para habitar os melhores lugares, conquistar os melhores parceiros, adquirir meios de dominar os outros animais. A princípio isso se dava devido à necessidade de sobrevivência, pois era preciso encontrar o melhor lugar para habitar, para se proteger de

animais selvagens, por exemplo. Podemos observar a questão a partir do mito de Prometeu Acorrentado, apresentado na obra *O Protágoras* de Platão. Nesse diálogo, o sofista Protágoras faz a seguinte narrativa: no princípio, os deuses resolveram criar a raça humana e por isso outorgaram de posse da criação das espécies para os irmãos Prometeu e Epimeteu para capacitá-las com os talentos

para melhor sobrevivência. Desse modo, Prometeu foi descansar e concedeu a seu irmão, Epimeteu, a missão de repartição das faculdades. E assim Epimeteu o fez. As criaturas miúdas ele concedeu asas. As que não possuíam rapidez ele os concedeu força. Todas as espécies foram contempladas, exceto uma, o homem. E quando Prometeu acordou e foi fiscalizar o trabalho de seu irmão percebeu

uma criatura indefesa e não havia o que fazer, pois todas as faculdades foram, por Epimeteu, distribuídas. Prometeu para garantir a sobrevivência do homem vai aos céus e rouba o fogo e presenteia ao homem como força de sobrevivência. O fogo, na mitologia, representa a técnica. O homem recebeu de Prometeu a técnica, a arte de dominar os animais e sobreviver entre os homens. Sendo o homem um

PALAVRAS CHAVE / Educação / Estado / Mídias / Poder / Tecnologias /

Recebido: 09/02/2017. Aceito: 08/01/2018.

Maria Ivete Basniak. Graduação em Matemática, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Brasil. Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia e Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná. Professora, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR),

Brasil. Endereço: Praça Coronel Amazonas, s/n Centro 84600000 - União da Vitória, PR, Brasil. e-mail: basniak2000@yahoo.com.br

Sani de C. Rutz da Silva. Licenciatura em Matemática, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Mestrado em Matemática Aplicada e Douto-

rado em Ciência dos Materiais, Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Professora, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil. e-mail: sani@utfpr.edu.com

Antonio Charles Santiago Almeida. Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil, e em Sociologia,

Universidade do Contestado, Brasil. Mestrado em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Brasil. Professor, UNESPAR, Brasil. e-mail: sandiabo@yahoo.com.br

TECNOLOGIA Y EDUCACIÓN: UNA HERRAMIENTA DE SEGURIDAD DEL ESTADO MODERNO

Maria Ivete Basniak, Sani de C. Rutz da Silva y Antonio Charles Santiago Almeida

RESUMEN

Presentamos una discusión sobre el poder como medio de dominación, como elemento principal y esencial de la constitución del Estado. Buscamos establecer un diálogo entre los autores clásicos que hablan sobre el Estado y sus relaciones de dominación, mediante la introducción, en esta discusión, de las tecnologías como un instrumento de poder, asociado principalmente a los medios sociales como formadores de opinión de la mayor

parte de la población. Discurremos acerca del poder político y la constitución del Estado moderno y, al final, se discute la importancia de la 'conducción de la sociedad hasta la emancipación' de una educación que haga personas críticas y pensantes, no solo simples ejecutores de tareas u operadores de estas tecnologías, sumisos al poder extremo de los que la tienen, frente a la alienación que los medios de comunicación pueden incitar.

TECHNOLOGY AND EDUCATION: TOOLS OF POWER IN THE ASSURANCE OF THE MODERN STATE

Maria Ivete Basniak, Sani de C. Rutz da Silva and Antonio Charles Santiago Almeida

SUMMARY

We present a discussion about power as a form of domination and as a primordial and essential element in the making of the State. We seek to establish a dialogue between classical authors who discuss the state and its relations of domination, inserting in this discussion the technologies as an instrument of power, associated mainly to the media as opinion formers of the mass society.

We discuss the political power and constitution of the modern State and, in the end, we discuss the importance of 'leading society to emancipation', an education that enables thinking and critical humans, not just simple task executors or users of these technologies, submissive to the extreme to the power of those who hold it facing the alienation power that can be ignited by the media.

dos mais frágeis animais, desenvolver tecnologias era uma necessidade para defender-se. Portanto, compreendemos que o desenvolvimento de tecnologias é condição exclusiva dos humanos, uma vez que os demais animais não dominam a técnica necessária à criação de tecnologias: “no homem a vida se exprime em forma superior pela criação da técnica, porque em vez de dar as armas prontas e imutáveis ao animal humano, a saber, as condutas defensivas e ofensivas necessárias, ela deu-lhe a fábrica em que as forjará, o cérebro pensante, à medida das exigências que se forem apresentando” (Vieira Pinto, 2005: 147).

Dessa forma, o homem é o único ser capaz de criar e recriar tecnologias; e graças a essa ação, suas próprias criações estão em constante processo de desenvolvimento e de evolução: “o que significa ser humano não se decide apenas por nossas crenças, mas, em grande parte, pela forma de nossos instrumentos. E, na medida em que podemos planejar e conduzir o desenvolvimento técnico por vários processos

públicos e escolhas privadas é que temos algum controle sobre nossa própria humanidade” (Feenberg, 2004: 02).

O desenvolvimento de tais tecnologias trouxe mais poder ao homem, o qual, de acordo com a teoria substancialista de Hobbes, é apresentado por Bobbio (1987: 77) “...como uma coisa que se possui e se usa como um outro bem qualquer” e ainda, “...poder entendido como qualquer coisa que serve para alcançar aquilo que é o objeto do próprio desejo”.

Sabemos que, de acordo com o filósofo inglês Thomas Hobbes, o homem é ambicioso por natureza, pois suas necessidades e paixões crescem e se multiplicam cada vez mais, no entendimento desse autor, “...de modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação” (Hobbes, 1978: 79). Podemos perceber, ainda segundo a assertiva acima, que o filósofo discute o chamado

estado de natureza, em que o homem se encontra num processo de guerra constante, mais precisamente, numa disputa ininterrupta, pois a natureza desse homem é, de algum modo, inclinada para a ambição, quer dizer, assegura Hobbes, o homem é o lobo do próprio homem (Hobbes, 1978).

Tendo o homem percebido que poderia utilizar os elementos da natureza a seu favor para lhe trazer mais conforto e satisfação, passou a buscar formas de utilizar esses elementos para facilitar seu trabalho, melhorar sua qualidade de vida e lhe trazer mais conforto. O domínio de uma determinada tecnologia passou a colaborar significativamente para dominar outros animais e seus semelhantes. Sendo que entendemos dominação como “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (Weber, 1999: 139). Portanto, segundo Weber (1999: 191) entendemos dominação como: “...uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ('mandado') do 'dominador' ou dos 'dominadores' quer influenciar as

ações de outras pessoas (do 'dominado' ou dos 'dominados'), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações ('obediência')”.

Para constatar isso, basta lembrarmos qualquer cena que tenhamos visto da era pré-histórica quando o 'chefe do bando' é normalmente identificado por ser aquele que traz a mão um tacape, uma lança, um cajado ou uma tocha: “A água, o fogo, um pedaço de pau ou o osso de um animal eram utilizados para matar, dominar ou afugentar os animais e outros homens que não tinham os mesmos conhecimentos e habilidades” (Kenski, 2007: 15). De forma que, as tecnologias desde sempre tem colaborado para que uns dominem os outros, que aquele que detém o controle tecnológico, detenha também o poder. “Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (Weber, 1999: 188).

O Estado, assim como as demais associações políticas que o precederam historicamente “é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima, (quer dizer considerada legítima)” (Weber, 1999: 526). Uma vez que, para que o Estado subsista, aqueles sob seu domínio têm necessariamente que se submeter a autoridade daqueles que dominam no momento dado.

O quadro administrativo pode vincular-se à obediência ao chefe, a qual pode dar-se “por costume ou de modo puramente afetivo, ou por interesses materiais ou por motivos ideais (racionais referentes a valores)” (Weber, 1999: 139).

Assim, as associações, parcerias, disputas, concessões em busca de poder, configuram o campo político desde os primórdios. Adotamos o conceito de política apresentado por Weber (1999) cujo significado está pautado na “tentativa de participar do poder ou de influenciar a distribuição do poder”, o qual pode ocorrer entre um ou vários Estados, ou simplesmente entre os grupos de pessoas abrangidas por este Estado.

De tal modo, entendendo que aquele que opera na política o faz com vistas ao poder, e que dessa forma não toma decisões por convicções pessoais, mas sim aquelas que têm que ser tomadas para se manter no poder e para continuar ditando as regras que dão rumo aquilo que está sob seu domínio, concluímos de acordo com Weber (1999: 526) que “Quem pratica política, reclama poder: poder como meio a serviço de outros fins –ideais ou egoístas– ou poder ‘pelo próprio poder’, para deleitar-se com a sensação de prestígio que proporciona”.

Deter o uso, o monopólio, enfim ‘as chaves’ para o desenvolvimento tecnológico é deter poder. Cada vez mais as tecnologias assemelham-se ao poder, também na forma, caracterizada pela ausência de materialidade o que parece conferir maior grau de ‘encantamento’ e ‘desejo’ em possuí-los. Por outro lado, ou melhor,

como resultado dessa imaterialidade, o conhecimento aparece como uma condição para conquistar tanto um quanto outro, ou um e por consequência o outro. Uma vez que tecnologia proporciona informação (a mais atualizada possível, graças ao desenvolvimento das tecnologias) e discussões sobre essas informações (também proporcionada hoje pelas tecnologias), gera conhecimento. É inconcebível atualmente produção de conhecimento sem uso de tecnologias, e em contrapartida não há desenvolvimento tecnológico sem geração de novos conhecimentos. Deter o domínio e consequente manipulação da divulgação de informação, portanto constitui-se atualmente como uma das mais intensas formas de poder.

Nessa conjuntura, as tecnologias desde sempre têm colaborado para que uns grupos dominem os outros, e que aquele que detém o controle tecnológico detenha também o poder. Entretanto, cabe destacar que a tecnologia em si não tem poder algum, pois ela é produto das necessidades impostas por aqueles que a desenvolvem e a controlam. De acordo com Vieira Pinto (2005: 286): “A tecnologia não é causa, mas mediação, de que as forças em ascensão no país pobre tomam consciência e de que precisam lançar mão para lutar contra velhas estruturas de relações sociais, sustentadas por procedimentos obsoletos, para se firmarem, recolherem a justa parte que lhes compete dos proventos coletivos, e eventualmente chegarem a dominar o sistema”.

Nesse sentido, corroborando com a discussão acima, Feenberg (2004: 4-5) adverte que: “A tecnologia pode ser -e é- configurada de modo a reproduzir o domínio de poucos sobre muitos. Essa é uma possibilidade inscrita na própria estrutura da ação técnica que estabelece uma direção única de causa e efeito. A tecnologia é um fenômeno de dois lados: num o operador e no outro o objeto. Quando tanto o operador quanto o objeto são seres humanos, a ação técnica é um

exercício de poder. FALTA ASPA Onde, mais à frente, a sociedade aparece organizada em torno da tecnologia, o poder tecnológico torna-se a forma básica de poder na sociedade. Realiza-se estreitando a extensão de interesses e preocupações que possam ser representados pelo funcionamento normal da tecnologia e das instituições que dele dependem. Esse estreitamento deforma a estrutura da experiência e causa sofrimento humano e danos ao meio ambiente.

Meios de Comunicação de Massa e Poder

Hoje, na configuração do Estado moderno de direito a relação entre poder e tecnologia aparece de forma cada vez mais intensa. Principalmente se vemos ligadas as tecnologias à mídia, uma das maiores formadoras da opinião pública e assim, uma das mais fortes formas de dominação. Atualmente as mídias exercem um papel surpreendente como formadoras de opinião. Muito realista uma propaganda que circulava há um tempo na TV que dizia que ‘propaganda é tudo’. É incrível de observarmos como a mídia influencia a maneira de se vestir, comer, comportar-se, falar, enfim, as escolhas das pessoas. E, uma vez que alguns meios de informação são centralizados, conferem grande poder àqueles que os controlam, conferindo-lhes uma posição privilegiada, que lhes permite olhar com superioridade para os demais homens e mulheres da sociedade, os quais são direta ou indiretamente atingidos pelas decisões que tomam. Esse fenômeno, na sociedade contemporânea, foi identificado, sobretudo por Ortega y Gasset (1987), como a sociedade de massa, pois, de acordo com esse pensador, as massas são conduzidas por grupos seletos, quer dizer, não pensam por si só e por isso precisam de uma condução. Por essa razão, têm-se, os meios de comunicação, um valor político no processo de dominação, aqui entendido no sentido weberiano.

O que está na moda, ou seja, aquilo que está estampado em todas as casas, ruas, bairros, cidades, é aquilo que está na mídia no momento. Não é a toa que vemos tantas alianças entre partidos políticos acontecendo atualmente a fim de ter mais tempo durante a propaganda eleitoral. É fácil verificar que hoje a roupa que é mais usada é a que certa personagem da novela das nove usa e o produto mais vendido é o que aparece na propaganda desta novela. Segundo Mills (1968), os “meios de comunicação não nos proporcionam apenas a informação -orientam nossas experiências” (p. 365). Para o autor, “os meios de comunicação além de se infiltrarem em nossas experiências das realidades externas, penetram na experiência interior” (p. 367).

Mills (1968) destaca que antigos observadores acreditavam que o público primário (entre os quais prevalece o diálogo de forma que as pessoas recebem e expressam opiniões na mesma quantidade) seria estimulado e se ampliaria a partir do aumento no alcance e volume dos meios formais de comunicação. Porém, embora ninguém conheça realmente todas as funções dos veículos de comunicação em massa, uma vez que na sua totalidade não podem ser localizadas pelos meios de pesquisa social hoje existentes dada sua sutileza e penetrabilidade, há razões para acreditar que esses veículos de comunicação contribuíram menos para ampliar e animar as discussões dos públicos primários do que para transformá-los num grupo de mercados para os meios de comunicação, ou seja, numa sociedade de massas. Para Ortega y Gasset (1987: 61-62): “A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente ‘as massas operárias’. Massa é ‘o homem médio’”.

Nas palavras de Ortega, a sociedade é, justamente, a composição desse homem médio. E por massa não se entende a massa operária, mas antes disso, entende-se o homem médio, isto é, o homem que consome os meios de comunicação e que por ele é conduzido.

Para Mills (1968), os meios de comunicação são capazes de mais ainda, de dizer ao homem de massa quem ele é, dando-lhe identidade, o que deseja ser, dando-lhe aspirações, como chegar lá, dando-lhe a técnica e ainda de como se sentir em via de chegar, mesmo que não esteja, dando-lhe a fuga, sendo que a distância entre a identidade e a aspiração leva à técnica ou à fuga. “Tal como existem e predominam hoje, os meios de comunicação, especialmente a televisão, usurpam o lugar da discussão em pequena escala e destroem as oportunidades de intercâmbio de opinião, feito em termos razoáveis, sem pressa e humanos. São uma causa importante da destruição da intimidade, em todo o seu sentido humano. Essa é uma das importantes razões pelas quais eles falharam como força educacional, mas existem como força maligna: não articulam para o espectador ou ouvinte as fontes mais amplas de suas tensões e ansiedades, seus sentimentos subjacentes e esperanças mal formuladas. Nem lhe permitem transcender seu estreito meio ou esclarecer o sentido particular que tenha” (Mills, 1968: 368).

Mills (1968: 39) destaca ainda que os meios de comunicação, na forma como estão organizados e funcionam atualmente, “são mais do que uma causa fundamental da transformação da América numa sociedade de massas”, pois os meios de comunicação “estão também entre os meios de poder à disposição das elites de fortuna e poder; e mais, alguns dos principais agentes desses meios se situam entre as elites ou são muito importantes entre os que servem a elas”. Entretanto, em algumas situações, nos parece que observamos “...uma mudança de atitude na massa.

Todos eles indicam que esta resolveu avançar para o primeiro plano social e ocupar os locais e usar os utensílios e gozar dos prazeres antes adstritos aos poucos. É evidente que, por exemplo, os locais não estavam premeditados para as multidões, posto que sua dimensão seja muito reduzida e o povo transborde constantemente deles, demonstrando aos olhos e com linguagem visível o fato novo: a massa, que, sem deixar de sê-lo, suplanta as minorias” (Ortega y Gasset, 1987: 65-66).

Atualmente parece ainda que a propaganda indireta parece constituir-se uma forma de dominação mais forte que a direta. Ver na novela, ou em outro programa de forte audiência, que determinado personagem tem um carro de determinada marca desperta muito mais o desejo do consumidor de adquirir determinado carro do que ver o mesmo ator fazendo uma propaganda propriamente dita daquele carro em horário reservado para isso. Algumas empresas já perceberam isso e tem apostado bem mais nesse tipo de propaganda, pois cada vez mais vemos a câmera não muito discretamente, flagrar a marca do carro que o personagem dirige, o creme que a estrela usa, o sabão de roupas que a empregada da madame usa, manipulando dessa forma, indiretamente a população. Sendo que desta forma, o poder é exercido de forma ‘secreta’, sem que os indivíduos se deem conta disso. Para Mills (1968: 151): “A técnica eletrônica das comunicações e controle de informações se está tornando de tal que ainda maior centralização é possível”.

Vivenciamos esse controle invisível e centralizado que pode ser identificado nos registros que são mantidos quando usamos o cartão de crédito, com quem nos comunicamos pela rede virtual. Mas, é preciso deter o conhecimento, ou o poder para acessar tais informações. Pois para Ortega y Gasset (1987: 67-68): “Se os indivíduos que integram a mas-

sa se acreditassem especialmente dotados, teríamos não mais de um caso de erro pessoal, mas não uma subversão sociológica. O característico do momento é que a alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem o denodo de afirmar o direito da vulgaridade e o impõe por toda a parte”.

Assim, o público desses meios de comunicação constitui um imenso grupo de pessoas que estão expostas passivamente aos meios de comunicação em massa estando “indefesamente sujeitas às sugestões e fluxo desses meios. A manipulação partida dos pontos de controle centralizados constituem uma expropriação da antiga multidão de pequenos ‘produtores’ e ‘consumidores’ de opiniões, operando num mercado livre e equilibrado” (Mills, 1968: 358).

Fazendo uma análise no extremo em relação a influência dos meios de comunicação de massa, podemos concluir de acordo com Mills (1968: 356) que “o número de pessoas que expressam opinião é muito menor que o número de pessoas para recebê-las”, uma vez que ao público que recebe as informações desses meios midiáticos acaba se transformando em uma “coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões através de veículos de comunicação em massa”. Além disso, as comunicações predominantes “são tão organizadas que é difícil ou impossível ao indivíduo responder imediatamente, ou com qualquer eficiência”. E ainda que “a colocação da opinião em prática é controlada pelas autoridades que organizam e fiscalizam os canais para tal ação”. “A medida que os meios institucionais e os meios de comunicação que os unem se tornaram mais eficientes, os homens que os dominavam viram-se no comando de instrumentos de governo sem precedentes na história da humanidade. E ainda não atingimos o auge da evolução. Já não podemos confiar, nem nos confortar, nos altos e baixos históricos dos grupos dominantes de épocas anteriores. Nesse sentido,

Hegel está certo: aprendemos com a história que não é possível aprender com ela” (Mills, 1968: 34).

Mills coloca ainda que “da coincidência dos meios de comunicação em massa e das grandes organizações surgiu o prestígio da elite nacional” (Mills, 1968: 102). Aqueles que desenvolvem e controlam as tecnologias passam a fazer parte do grupo denominado por Mills de elite do poder. “A elite do poder é composta por homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências” (p. 12). Assim, “por elite do poder entendemos os círculos políticos, econômicos e militares que, como um complexo de igrejinhas interligadas, partilham as decisões de consequências pelo menos nacionais” (p. 28).

Olhar criticamente as decisões tomadas por essa elite, às informações disponibilizadas pelos meios de comunicação em massa, buscando ler as entrelinhas e ver as intenções destas é o primeiro passo para não nos tornarmos seres completamente alienados, submergidos nos interesses alheios. Cruzar informações, usar também da comunicação em rede e não apenas das informações, confrontando opiniões e, portanto interesses são de extrema importância para mantermos nossa individualidade e ao mesmo tempo nos inserirmos nessa nova configuração atual da sociedade.

Hoje, embora seja inegável a ainda influência enorme que a TV exerce, a internet passou a desempenhar papel importante, pois fornece possibilidades de escolha. A internet fornece meios para que a população possa expressar sua opinião sobre assuntos que lhe dizem respeito: “A opinião pública existe quando as pessoas que não participam do governo do país se atribuem o direito de expressar opiniões políticas livre e publicamente, e o direito de que essas opiniões influenciem ou determinem políticas, pessoal e atos de seu governo” (Mills, 1968: 28).

Numa perspectiva mais radical no sentido conceitual de massa, Ortega y Gasset (1987: 68) faz a seguinte observação: “A massa atropela tudo que é diferente, egrégio, individual, qualificado e seletivo. Quem não seja como todo o mundo, quem não pense como todo o mundo corre o risco de ser eliminado. E claro está que esse ‘todo o mundo’ não é ‘todo o mundo’. ‘Todo o mundo’ era, normalmente, a unidade complexa de massa e minorias discrepantes, especiais. Agora, todo o mundo é só a massa”.

A massa é nesse entendimento orteguiano, a composição dinâmica do homem médio, onde, na sociedade contemporânea, não há singularidade, mas coletividade, quer dizer, multidão em todos os lugares. Essa leitura é de algum modo, uma crítica ao modelo de comunicação e sua influência na construção da sociedade e suas relações políticas e sociais.

Poder Político e Configuração do Estado

Considerando como Weber (1999: 525) que o Estado moderno “é uma associação de dominação institucional”, que tendo monopolizado de forma legítima a coação física como forma de dominação dentro de determinado território, tendo reunido para isso, os meios materiais de organização nas mãos de seus dirigentes supremos, vemos que hoje o Estado moderno domina os homens por uma coação física, em muitos casos invisíveis, graças às tecnologias que temos hoje. Com o desenvolvimento do arsenal tecnológico preocupam muito mais as armas biológicas e químicas do que as de fogo como ocorria anteriormente. Assim, “somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda a associação política: o da coação física” (Weber, 1999: 525).

Para Habermas (2001), todas as inovações técnicas, entre as quais o autor cita (p. 56) “o domínio da energia atômica e a

viagem espacial tripulada, inovações, como a decodificação do código genético e a introdução de tecnologia genética na agricultura e na medicina”, tem influência sobre nós, sendo que “decerto modificam nossa consciência de risco; elas afetam inclusive nossa autocompreensão ética” (p. 56).

Poulantzas (2000: 149) referindo-se a Foucault e sua concepção de poder sob o corpo, nos recorda que o poder não é uma instituição, nem uma estrutura e, portanto, não pode constituir-se como uma “determinada capacidade da qual alguns seriam dotados” e outros não, configurando-se assim como uma “situação estratégica complexa numa determinada sociedade”, e dessa forma onde há poder, há também resistência, pois, “por poder se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos”.

Como parece de certa forma até mesmo natural que tais interesses específicos, não sejam interesses comuns, partilhados por todos, ou por todas as classes, vemos estabelecer-se a arena de disputas para defender tais interesses. Dessa forma, concluímos de acordo com Poulantzas (2000) que onde existe divisão de classes, existe luta e poder de classe, e também existe o Estado, o ‘poder político institucionalizado’.

De acordo com Bobbio (1987: 78) “reduzido o conceito de Estado ao de política e o conceito de política ao de poder”, surge a necessidade de diferenciar o poder político das demais formas que a relação de poder pode assumir. O ponto mais forte para isso parece ser a questão, mencionada anteriormente em Weber e reafirmada por Bobbio, de que o limite do poder político é o poder sobre o corpo: “O poder político vai-se assim identificando com o exercício da força e passa a ser definido como aquele poder que, para obter os efeitos desejados (retomando a definição hobbesiana), tem o direito de se servir da força, embora em última instância,

como extrema ratio” (Bobbio, 1987: 81).

O autor destaca ainda que essa definição de poder político que tem a força como meio específico nos permite entender também porque tal poder desde sempre foi considerado como o poder supremo, ou seja, o poder que permite distinguir em qualquer sociedade o grupo dominante.

O Estado moderno de direito tem a missão de fazer valer o direito instituído dos cidadãos. Para tal lhe é conferido o poder supremo, ou seja, o poder de agir sobre o corpo, de coagir fisicamente, caso necessário, qualquer um que não aceite as regras impostas pelo seu domínio.

Poulantzas (2000: 27) embora coloque que as “relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção”, de maneira que o Estado não pode “...sancionar e reproduzir o domínio público usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência...” concluímos que no limite o poder do Estado é o poder sobre o corpo. Esse poder não está diretamente relacionado a violência sobre o corpo, mas a repressão sobre o corpo, uma vez que é o Estado que detém de forma legítima o poder de sujeição dos corpos dos indivíduos.

Habermas (2001: 61) nos mostra como recentemente o Estado criou graças ao desenvolvimento das tecnologias novas e eficientes formas de poder sobre o corpo: “... traços terríveis de uma era que ‘inventou’ a câmara de gás e a guerra total, o genocídio levado a cabo pelo Estado e o campo de extermínio, a lavagem cerebral, o sistema de segurança estatal e a vigilância panóptica de populações inteiras”.

Para Weber (1999: 526), a luta pelo próprio poder e por sua consequente responsabilidade e por sua causa é o ‘elemento vital’, tanto do político quanto do empresário, sendo que “todas as lutas entre

partidos políticos” tem como fim acima de tudo, “lutas pela patronagem dos cargos”. O autor coloca ainda que toda política tem sua essência na luta, na conquista de aliados e de um cortejo voluntário.

Bobbio (1987: 31) já chamava a atenção para o fato de que se num “Estado democrático o público vê o poder mais do que num Estado autocrático...”, também “...o uso dos elaboradores eletrônicos”, que vem se ampliando cada vez mais, utilizados para guardar os “dados pessoais de todos os cidadãos permite e cada vez mais permitirá aos detentores do poder ver o público bem melhor do que nos Estados do passado.” Pois, embora a democracia busque atender as diferentes demandas da sociedade e remediar as tomadas de decisões da melhor forma possível em cada situação, “A democracia de massas significa a luta de poderosos grupos de interesses e associações de grande escala que se interpõe entre as grandes decisões tomadas pelo Estado, pela economia, pelo exército e a vontade do cidadão individual como membro do público. Como essas associações de nível médio são a principal ligação que tem o cidadão com as decisões, sua relação com elas adquire importância fundamental. Pois somente através delas ele exerce o poder de que por acaso disponha” (Mills, 1968: 360).

A conservação e conquista do poder passa a consagrar-se na opinião pública, visto que nos setores militar, econômico e político, o poder pode ser ameaçado frente à desconfiança das massas. “A presença de corpos reunidos, postos em marcha ou em uma cerca é dissolvida pela inclusão simbólica das consciências em redes de comunicação cada vez mais abrangentes: a massa concentrada transforma-se no público disperso das mídias de massas” (Habermas, 2001: 54).

Entretanto, o Estado constituiu-se da relação de forças entre classes e grupos de classes, através de aparelhos ou setores, que perante a unidade do poder do Estado como uma fração

hegemônica legitima um poder próprio dessas classes e grupos.

Estado, Poder, Tecnologia e Educação

Poulantzas (2000: 27) destaca que a “relação saber-poder, fundamentada no trabalho intelectual que o Estado cristaliza separando-o do trabalho manual, situa-se na ossatura organizacional do Estado”. Dessa forma, o “Estado retraça e reproduz em seu próprio corpo a divisão social do trabalho: ele é, portanto o decalque das relações entre poder e saber tais como elas se reproduzem no seio do trabalho intelectual” (p. 57).

Ao observarmos toda essa evolução tecnológica e dos meios de comunicação, surgem algumas questões como as colocadas por Mills: “Mas não será o povo de hoje mais educado? Por que não dar ênfase à difusão da educação e não aos efeitos dos meios de comunicação em massa?” O autor fornece uma resposta para essas questões, que infelizmente parece ser o melhor retrato da realidade da educação atual: “A resposta, em suma é que a educação em massa, sob muitos aspectos, tornou-se um outro veículo de massa” (Mills, 1968: 371).

Embora proclamemos que queremos uma educação de qualidade para todos, muitas vezes nossas ações denunciam o contrário. Em muitos casos parece mesmo que falta o básico, ou seja, saber o que consideramos educação e qualidade e, portanto, que educação se quer.

Não há como ficar alheios ao exposto, a toda insurreição tecnológica que presenciamos cotidianamente, ainda que o desejássemos. Ao observarmos a organização educacional atual, parece que a mesma ainda está muito fortemente vinculada ao passado, não acompanhando os avanços tecnológicos, pois a essência de sua forma organizacional ainda é a mesma desde seu surgimento.

Embora muitos programas públicos e privados tenham sido lançados no sentido de equipar as escolas com computadores,

observamos que poucos atingiram plenamente os objetivos propostos, mantendo certo distanciamento entre a implementação e o efetivo emprego no ensino.

Dessa forma, temos uma educação mascarada em que as noções do conteúdo e da prática educacional foram adaptadas às ideias de massa. Mills (1969: 373) coloca que: “Não há dúvida que os modernos educadores retrógrados adaptaram suas noções de conteúdo e da prática educacional às ideias de massa. Não proclamam padrões de nível cultural e rigor intelectual; preferem agir com os triviais truques vocacionais e a adaptação à vida -ou seja, a frouxa vida das massas”. O autor destaca ainda que no panorama atual “‘escolas democráticas’ significam, com frequência, o estímulo da mediocridade intelectual, do preparo vocacional, das fidelidades nacionalistas e quase nada mais” (p. 373).

Adorno (2011) reclama que a emancipação precisa ainda ser elaborada em todos, uma vez que a única forma que se concretiza atualmente é de forma que “aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência” (p. 56). E, nesse sentido, alerta que embora o papel do professor seja insubstituível e de importância indiscutível, nosso trabalho deve ser para que sejamos dispensáveis com o tempo.

Assim, a educação atualmente requer habilidades que transcendem uma escola pautada na transmissão de conhecimento, ou ainda ao acesso a informação. Também deve ir além do processo mecânico de treinar para essa ou aquela função, ou ainda para o uso das novas tecnologias. É preciso garantir que as pessoas saibam como lidar com toda a informação que os meios de comunicação despejam diariamente, ‘garimpando’ as mesmas de forma que sejam seres pensantes, capazes de interagir e debater suas ideias: “Ensinar alguém a trabalhar num turno

ou ler e escrever é uma educação de habilidades. Despertar nas pessoas a compreensão do que realmente desejam de suas vidas, ou debater com elas os modos de vida estóico, cristão e humanista, é uma educação de valores. Mas ajudar ao nascimento, num grupo de pessoas, da sensibilidade cultural, política e técnica que fará delas membros autênticos de um autêntico público liberal, isso é ao mesmo tempo um preparo em conhecimentos e uma educação de valores. Compreende uma espécie de terapia, no sentido arcaico de esclarecer o conhecimento próprio. Compreende a transmissão de toda a capacidade de entrar em controvérsia consigo mesmo, a que damos o nome de pensamento, e com os outros, ao que chamamos de debate” (Mills, 1968: 372).

Assim, educar na sociedade da informação não é treinar pessoas no uso das novas tecnologias, e sim buscar preparar indivíduos para atuarem em uma sociedade em contínua e acelerada transformação, que conduza a ‘sociedade à emancipação’ (Adorno, 2011).

Considerações Finais

Pretendemos com o presente trabalho estabelecer um diálogo entre vários autores a fim de mostrarmos a relação que há entre poder e política e entre poder e tecnologias e ainda como essas forças agem na constituição do Estado e, dessa forma, como as pessoas são direta ou indiretamente afetadas por decisões tomadas por aqueles que constituem o grupo que domina. Torna-se importante termos conhecimento de que tais relações afetam nossa visão política dos fatos, e conseqüentemente como decidimos em questões de imputabilidade. Assim, o exposto por Habermas (2001) é a melhor expressão do que podemos concluir a partir do estudo realizado: “A observação histórica retrospectiva também depende de uma pré-compreensão com a qual abordamos o ocorrido, qual participação atribuímos às pessoas e qual às

circunstancias, onde traçamos as fronteiras entre liberdade e obrigação, culpa e inocência. A disponibilidade hermenêutica de reconhecer a verdadeira dimensão da responsabilidade do conhecimento de causa varia com a nossa compreensão da liberdade -como nós avaliamos como pessoas responsáveis e quanto exigimos de nós mesmos como atores políticos. É essa pré-compreensão mesma que se encontra em discussão com as questões da autocompreensão ético-políticas. Como vemos divididas culpa e inocência na visão histórica retrospectiva, também reflete as normas com base nas quais estamos dispostos a nos respeitar reciprocamente como cidadão desta República” (Habermas, 2001: 49).

Embora a população fique muitas vezes alheia a essas tomadas de decisões é afetada direta ou indiretamente por essas, “...sendo que essa estrutura da sociedade moderna pressiona os homens e mulheres da sociedade de massas limitando-os a projetos que não são seus, fazendo-os sentir sem objetivo ‘numa época em que estão sem poder’” (Mills, 1968: 11).

Hoje muito se discute a questão da inclusão digital. Entretanto, acreditamos que apenas fornecer os meios para os indivíduos terem acesso a tais recursos não basta. Ainda que a maior parte da população seja considerada ‘excluída digitalmente’ por não ter acesso a tais recursos, nos parece que, apenas garantir esse contato, supondo que isso se concretize, acaba sendo apenas mais uma forma de elevar o poder do grupo dominante garantindo maior controle do dominador sobre os dominados. E nesse sentido que consideramos ser necessária a educação, na concepção de Adorno (2011) para a ‘produção de uma consciência verdadeira’.

As tecnologias desde sempre aparecem ligadas ao poder, nas mais diversas formas e instâncias. Através daqueles que governam o Estado por meio do controle de armas, sejam elas de fogo, biológicas ou nuclea-

res, dos mecanismos de quebra de sigilo bancário e/ou de correspondências eletrônica. Dos meios de comunicação, por meio da influência que exercem na sociedade mediante todo o 'encantamento' e 'desejo de consumo' que despertam nos indivíduos da massa, graças ao aparato tecnológico que dispõe. A escola tem a função de desenvolver o senso crítico a fim de evitar a alienação em massa, possibilitando que os alunos desenvolvam a possibilidade de olharem a intenção que há por trás do que assistem na TV e veem na internet, de maneira que não sejam levados a tomar como verdades absolutas tudo o que a mídia cria e lhes apresenta em apelos

publicitários. Porém, para que isso seja possível, é necessário antes, que o professor, aquele que detém o poder dentro da sala de aula e no ambiente escolar, tenha essa capacidade de realizar tais julgamentos. Para isso, é preciso que este conheça o poder que há nas ações dos grupos dominantes e, esteja ciente de sua importância frente à parte de um grupo que também detém determinado poder. O professor deve entender que seu papel é também político frente à sociedade como um todo e principalmente frente a seus alunos, os quais direta ou indiretamente são afetados por seu poder de mando. Somente a partir disso podemos pensar em educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- Adorno TW (2011) *Educação e Emancipação*. Paz e Terra. São Paulo, Brasil. 190 pp.
- Bobbio N (1987) *Estado, Governo, Sociedade: Por uma Teoria Geral da Política*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, Brasil. 173 pp.
- Feenberg A (2004) Teoria Crítica da tecnologia. Nota autobiográfica. Trad. Equipe de Tradutores do Colóquio Internacional "Teoria Crítica e Educação". *Conf. Colóquio Internacional "Teoria Crítica e Educação"*. Piracicaba, Brasil.
- Habermas J (2001) *A Constelação Pós-Nacional: Ensaio Político*. Littera Mundi. São Paulo, Brasil. 220 pp.
- Hobbes T (1978) *O Leviatã*. Abril Cultural. São Paulo, Brasil. 230 pp.
- Kenski VM (2007) *Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação*. Papirus. Campinas, Brasil. 141 pp.
- Mills CW (1968) *A Elite do Poder*. Zahar. Rio de Janeiro, Brasil. 421 pp.
- Ortega y Gasset J (1987) *A Rebelião das Massas*. Martins Fontes. Rio de Janeiro, Brasil. 362 pp.
- Poulantzas N (2000) *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Paz e Terra. São Paulo, Brasil. 307 pp.
- Vieira Pinto Á (2005) *O Conceito de Tecnologia*. Vol. 1. Paz e Terra. São Paulo, Brasil. 531 pp.
- Weber M (1999) *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Universidade de Brasília Brasília / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Brasil. 586 pp.